



Projeto de Decreto Legislativo nº 001 /2.023

"Fixa o valor dos subsídios dos Vereadores do Município de Bertioga, para o período de 2025 a 2028 e dá outras providências."

Art. 1º. Será pago a cada Vereador do Município de Bertioga a título de subsídio mensal, para o período que vai de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, os seguintes valores:

- a) De 01 de janeiro de 2.025 até 31 de dezembro de 2.025 o valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais); e,
- b) De 01 de janeiro de 2.026 até 31 de dezembro de 2.028 o valor de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais).

Parágrafo Único. Dos subsídios fixados neste artigo serão deduzidos os descontos legais pertinentes.

Art. 2º. Será descontado do Vereador que faltar injustificadamente a qualquer sessão ordinária, o valor correspondente à respectiva sessão.

Parágrafo Único. O valor do desconto corresponderá ao resultado obtido pela divisão do valor do subsídio mensal pelo número total de sessões ordinárias realizadas no respectivo mês.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo onerarão as rubricas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Este Decreto Legislativo entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2.025, cessando seus efeitos no dia 31 de dezembro de 2.028.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.



Mensagem Explicativa:

Em cumprimento ao disposto no inciso VI, do artigo 29 da Constituição Federal os Vereadores desta Casa de Lei apresentam proposta de projeto de decreto legislativo que busca, antes da ocorrência da eleição municipal deste ano, fixar os valores de subsídios dos Vereadores desta Casa de Leis para a próxima legislatura que se inicia no dia 01 de janeiro de 2.025

Devemos frisar que em razão da população municipal fixada pelo IBGE o teto de subsídio dos Vereadores de Bertioga está previsto na letra C, do inciso IV, do artigo 29 da Constituição Federal.

Importante frisar que os valores lançados a título de subsídio seguem a Lei Estadual nº 17.617/2.023, que fixou o subsídio dos deputados estaduais.

Assim, observando-se a legislação constitucional é que se apresenta esta propositura.

Frente ao exposto, apresentamos o presente Projeto de Resolução, ao qual observado os requisitos do inciso I, do parágrafo único do artigo 154 do Regimento Interno, os Vereadores requerem que ao projeto supra seja dado o rito de urgência especial, previsto no inciso I, do artigo 154 do mesmo diploma legal.

Bertioga, 28 de março de 2.023.


Ver. ANTONIO CARLOS TICIANELLI


Ver. EDUARDO PEREIRA DE ABREU


Ver. ELISÂNGELA DA SILVA PEDROSO


Ver. GILMAR BARBOSA DOS SANTOS





Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Folhas 04

Proc. 143/23


Ver. MACÁRIO ANTUNES QUIRINO

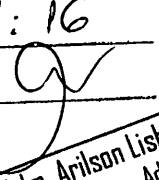

Ver. MATHEUS DEL CORSO RODRIGUES



Ver. NEY VAZ PINTO LYRA


Ver. RENATA DA SILVA BARREIRO


Ver. TACIANO GOULART CERQUEIRA LEITE

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 273
Data 29/03/23
Hora 09:16
Funcionário 


Adm. Arilson Lisboa Sabino
Diretor - Dep. Administração